

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.436.113 - SC
(2019/0018285-5)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : DIARA LIMA RITA
EMBARGANTE : EDILENE FRECCIA SILVESTRIN
EMBARGANTE : JANE MARIA MORGÁ CONRADI
EMBARGANTE : LISETE MARIA DE SOUZA DA SILVA
EMBARGANTE : MARCIA MARIA MARTINS
EMBARGANTE : MARIA ANGELICA MICHELIN
EMBARGANTE : NAIR AQUIS DE AVILA
EMBARGANTE : PAULO DE OLIVEIRA RODRIGUES
EMBARGANTE : ROGERIO FORTUNATO AVILA
EMBARGANTE : SILVANIA GRACIOSA WERLICH
ADVOGADOS : BÁRBARA FOSCHI E OUTRO(S) - SC038271B
LUIZ FERNANDO FOSCHI - SC042012
MARILÉIA SILVEIRA DE SOUZA LOSSO - SC036341
EMBARGADO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por DIARA LIMA RITA, à decisão de fls. 1514/1515, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

Destarte a argumentação trazida à baila pelo novel julgador, não há que se falar em comprovação de feriado regional de carnaval, uma vez que há Lei Federal de numeração 5.010/66, a qual dispõe em seu artigo 62 que serão feriados na Justiça Federal, inclusive nos Tribunais Superiores, segunda e terça-feira de carnaval, entre outros.

[...]

Ainda que não fosse o caso da existência de Lei Federal prevendo feriado em referida data, há que se destacar que nos autos do processo estão certificados nos eventos 95 e 96 a suspensão de prazo por motivo de feriado nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2018. (fls. 1519/1520).

[...]

Cabe explicar que a Justiça Federal possui sistema jurídico digital, o qual apesar de lançar a intimação eletrônica, a mesma só tem o prazo iniciado com sua abertura e leitura.

Conforme se observa das próprias certidões expedidas pelo referido órgão em eventos 81-90 (um evento para cada uma das 10 partes) a abertura e leitura da referida intimação apenas foi realizada na data de 26/01/2018 (sexta-feira), iniciando o prazo na data de 29/01/2018 (segunda-feira).

Ademais, as próprias certidões expedidas e supramencionadas certificam e comprovam que o término do prazo de apresentação de Recurso Especial e Recurso Extraordinário se deram no dia 20/02/2018.

Desta forma, há erro de fato deste r. julgador ao não observar nas certidões constantes nos autos deste processo, que a abertura do prazo processual se deu no dia 26/01/2018 (e não no dia 09/01/2018, conforme consta da decisão embargada), com término no dia 20/02/2018 (fls. 1520/1521).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Conforme se depreende dos autos, a intimação eletrônica fora expedida no dia 15/12/2017 (fls. 654/663), sendo confirmada no dia 25/12/2017 (fl. 667), 10 dias após sua certificação. Em razão da suspensão dos prazos ocasionada pelo recesso de fim de ano, que se deu no período de 20/12/2017 à 06/01/2018, a data de ciência do prazo foi postergada para o primeiro dia útil posterior, 08/01/2018, sendo a data de intimação (art. 231, V, do CPC de 2015), consequentemente, dia 09/01/2018.

Sabendo-se que a contagem dos prazos esteve suspensa no período de 08/01/2018 à 20/01/2018, o prazo começou a fluir no dia 22/01/2018 (segunda-feira), findando em 09/02/2018, totalizando 15 dias úteis.

Dessa forma, não procede a alegação de que o prazo teria início no dia 26/01/2018.

Ressalte-se que, de acordo com a jurisprudência do STJ, "o juízo de admissibilidade do recurso especial é bifásico. A decisão proferida pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial. Isso porque compete a esta Corte, órgão destinatário do recurso especial, o juízo definitivo de admissibilidade" (AgInt no REsp n. 1.684.240/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/2/2018).

Do mesmo modo, certidão lavrada por servidor público ou pelo sistema nos autos do processo que atesta a tempestividade do recurso não impede o reexame desse

requisito pelo STJ. Nesse sentido: AgRg no REsp n. 770.786/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 8/3/2010; e AgRg no AREsp n. 703.592/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 26/8/2015.

Ainda, no tocante ao feriado de carnaval, mencionado pela parte em suas razões, observa-se que o prazo fatal para interposição do recurso especial deu-se no dia 09/02/2018, antes dos dias previstos para o referido feriado. Logo, não interferiu na contagem dos prazos processuais.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente